

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.380 - PR (2018/0300605-9)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE : PAULO MARCELINO ANDREOLI GONÇALVES**  
**ADVOGADOS : ALESSANDRO SILVERIO - PR027158**  
**BRUNO AUGUSTO GONÇALVES VIANNA E OUTRO(S) - PR031246**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por PAULO MARCELINO ANDREOLI GONÇALVES contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que inadmitiu o seu apelo nobre.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena de 14 anos e 2 meses de detenção, em regime inicial semiaberto e pagamento de 200 dias-multa, como incurso no artigo 89 da Lei n. 8.666/93 (e-STJ fl. 3.279).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante a Corte recorrida, a qual negou provimento à insurgência.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Foi apresentado o apelo nobre, com fulcro no inciso III do art. 105 da Constituição Federal, o qual não foi admitido na origem, o que deu ensejo à interposição do presente agravo, no qual a defesa sustenta que os óbices indicados na decisão agravada não incidiriam na hipótese dos autos.

Requer o provimento da insurgência para que seja admitido e analisado o recurso especial.

Instado a opinar, o MPF manifestou-se pelo improvimento do agravo.

É o relatório.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que, de fato, o apelo nobre interposto não merece seguimento.

Inicialmente, no que se refere a alegação de que a ação penal seria nula, diante da ausência do defensor constituído à oitiva de testemunhas da acusação, a Corte recorrida assim se manifestou:

*"Pois bem, apesar de não ter sido suscitada a tese de nulidade da oitiva das testemunhas em sede recursal, momento oportuno para tal mister, trata-se de nulidade, assim, e possível sua análise em qualquer grau de jurisdição.*

*No entanto, vê-se que nulidade não há.*

*Compulsando os autos, constata-se que as testemunhas citadas foram inquiridas mediante carta precatória, no Juízo de Direito da Vara de Precatórias Criminais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, de modo que basta que se observe a intimação das partes para a validade do ato nos termos do art. 222*

*do CPP, o que foi respeitado conforme mov. 1.610 e 1.634 dos autos.*

*Consoante se extrai da leitura do art. 222 do Código de Processo Penal, in verbis:*

*"Art. 222. A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes".*

*As partes foram intimadas e devidamente ouvidas em Juízo, de modo que não houve nenhuma irregularidade, tampouco prejuízo a ensejar eventual nulidade. E essa intimação tem o escopo de acompanhar o andamento da deprecata.*

*Nesse aspecto, bem obtemperou a d. Procuradoria-Geral de Justiça ao se manifestar acerca dos presentes embargos declaratórios:*

*"(...) Não se pode olvidar, nessa quadra, dos princípios norteadores do nosso sistema processual das nulidades, dentre os quais estão o do 'prejuízo' (art. 563 CPP), que determina que 'nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa', e o princípio da instrumentalidade das formas' (art. 566 CPP), segundo o qual 'não será declarada a nulidade do ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa'.  
(...)*

*Nenhuma nulidade, pois, foi registrada.*

*Muito menos o embargante viu-se tolhido em seus direitos de defesa, já que pôde, através de devido processo legal, e assistido por defensor técnico, contrariar, ao seu modo, a imputação que lhe foi dirigida" - fls. 163/165." (e-STJ fls. 3.402/3.404)*

Da análise dos autos verifica-se que a alegação defensiva no enforce apresentado pelo recorrente não pode ser analisada por este Sodalício, em razão da falta de prequestionamento. Verifica-se que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a necessidade de nomeação de defensor dativo para acompanhar a oitiva de testemunhas realizadas por carta precatória, expedição da qual foi devidamente intimado o advogado constituído. Ressalte-se que caberia à parte provocar a Corte de origem ante a falta de debate sobre a questão, o que não ocorreu, incidindo, dessa forma, o óbice das Súmulas 282 e 356/STF.

No que se refere à dosimetria da pena estabelecida, cumpre destacar que este é o momento em que o juiz, dentro dos limites abstratamente previstos pelo legislador, deve eleger, fundamentadamente, o *quantum* ideal de pena a ser fixada ao condenado criminalmente, visando à prevenção e à repressão do delito praticado.

Por conseguinte, para chegar a uma aplicação justa e suficiente da lei

penal, o sentenciante, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, deve atentar para as singularidades do caso concreto, guiando-se pelos fatores relacionados no *caput* do art. 59 do Código Penal, pois é justamente a motivação da sentença que oferece garantia contra os excessos e eventuais erros na aplicação da resposta penal.

Quanto ao ponto, a Corte estadual assim se manifestou ao manter a sanção inicial estabelecida pelo Togado singular:

*"Passa-se à análise de cada valoração*

*A culpabilidade realmente é severa, dadas as peculiaridades do caso e tratando-se de Prefeito Municipal, pessoa escolhida para administrar a cidade, quando deveria zelar pelo bom funcionamento da administração, pelo bem-estar da população, ao revés, gerou prejuízos à comunidade e ao erário público.*

*Não sendo suficiente isso, e com maior reprovabilidade ainda, no intuito de satisfazer seus interesses escusos, ludibriou pessoas de condição social simples (Miguel Augusto Fiori e sua esposa Aparecida da Conceição Nogueira Fiori), que, na boa-fé, acreditaram na versão apresentada de "ajudar a população e gerar empregos"; convenceu-os a abrir uma empresa, cujo propósito era justamente subverter os procedimentos licitatórios, desviando dinheiro e simulando aparente legalidade em seus desígnios.*

*Com isso, não prejudicou somente a população do Município, mas também os "laranjas" que sofrem cobranças indevidas e encontram-se endividados pelo empréstimo de seus nomes.*

*Efetivamente, o aumento dado pela culpabilidade se deu em razão do elevado grau de reprovabilidade de sua conduta, cuja consequência excede, e muito, o grau usual que o próprio crime conduz.*

*Igualmente, no que diz respeito aos motivos do crime, a exasperação da pena se justifica, mormente porque não se exige o dolo específico para a caracterização do delito inserto no art. 89 da Lei nº 8.666/93. A finalidade que moveu o infrator é justamente dispensar ou inexistir a licitação fora das hipóteses previstas em lei.*

*Por derradeiro, no que tange às consequências do crime, outrossim, restou bem fundamentada o acréscimo da pena base.*

*As consequências não ofenderam somente os princípios que regem a administração pública, como a moralidade, legalidade e isonomia; acarretou, além dos prejuízos aos cofres públicos, à população e à livre concorrência.*

*E, claro, trouxe sérios prejuízos também aos "laranjas" que atualmente estão sofrendo as consequências da abertura da empresa "vencedora" de todas as licitações*

*simuladas.*

*Assim, embora tenha a julgadora destacado o envolvimento com terceiras pessoas para o cometimento do ilícito, remanescem as demais motivações elencadas para a valoração negativa das consequências do crime.*

*Destaque-se que o prejuízo restou efetivamente comprovado, pois o recorrente usava maquinado público e terreno do Município, para desenvolver atividades empresariais da firma que gerenciava informalmente, como bem lembrou a D. Procuradoria-Geral de Justiça.*

*Ademais, o prejuízo ao erário resultou no valor de R\$ 149.622,82 (mov. 1.2, fl. 11).*

*Assim, devidamente fundamentadas as valorações negativas das circunstâncias judiciais, não há que se falar em falta de motivação.*

*E, no que tange à falta de clareza e proporcionalidade para o aumento da pena base, igualmente não prospera.*

*Nesse aspecto, bem enfatizou a D. Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer da lavra da Procuradora de Justiça Gildelena Alves da Silva:*

*"(...) O legislador ao estabelece os moldes de cálculo dosimétrico não impôs nenhuma fração fixa, podendo o magistrado escolher livre e motivadamente em quanto aumentará ou diminuirá a pena-base em função de cada circunstância judicial, desde que a pena-base não ultrapasse o máximo legal nem reste alguém do mínimo legal".*

*[...]*

*À exasperação da pena-base restou bem fundamentada e não se mostra desproporcional; ao contrário, encontra respaldo nos elementos que efetivamente extrapolarão ao que é considerado normal à espécie de crime.*

*Logo, não se sustenta a tese de desproporcionalidade alegada pelo recorrente, ademais, frise-se que os crimes ocorreram em continuidade delitiva, de forma idêntica e mesmo modo." (e-STJ fls. 3.312/3.316)*

Da análise dos autos, não se vislumbra qualquer ilegalidade na decisão impugnada, especialmente em se considerando que a revisão da pena imposta pelas instâncias ordinárias pela via eleita é possível, mas somente em situações excepcionais, de manifesta ilegalidade ou abuso de poder reconhecíveis de plano, sem maiores incursões em aspectos circunstanciais ou fáticos e probatórios, consoante orientação pacificada neste Superior Tribunal, o que não se verifica na hipótese.

Nesse diapasão:

*HABEAS CORPUS. ART. 121, § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA. PENA-BASE. ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. AUSÊNCIA*

*DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NÃO CONHECIMENTO. ORDEM DE OFÍCIO.*

*1. Tratando-se de habeas corpus substitutivo de revisão criminal, inviável o seu conhecimento.*

*2. A dosimetria é uma operação lógica, formalmente estruturada, de acordo com o princípio da individualização da pena. Tal procedimento envolve profundo exame das condicionantes fáticas, sendo, em regra, vedado revê-lo em sede de habeas corpus. Na espécie, as instâncias de origem fundamentaram concretamente a exasperação da pena-base, considerando desfavorável a culpabilidade do paciente e utilizando uma das qualificadoras que incidiram na hipótese. Todavia, não apresentaram justificativa idônea para consideração desfavorável dos antecedentes, personalidade e conduta social do paciente, bem como no tocante às consequências do crime, sendo de rigor o decote no incremento sancionatório.*

*3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de reduzir a pena do paciente para 13 (treze) anos de reclusão, mantidos os demais termos da condenação.*

*(HC 352.261/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 15/02/2017)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO E ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE REDUZIDA PELA DECISÃO AGRAVADA. QUANTUM DE REDUÇÃO DA SANÇÃO PELA CONFISSÃO ESPONTÂNEA MAJORADO. PENA TOTAL PARA CADA DELITO: 13 ANOS E 6 MESES. PRETENSÃO DE FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL OU AUMENTO DA FRAÇÃO DE DIMINUIÇÃO DA PENA PELA ATENUANTE. INVIABILIDADE. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. REDUÇÃO PROPORCIONAL. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. A jurisprudência desta Corte admite que, no homicídio duplamente qualificado, uma qualificadora seja utilizada para a formação do tipo qualificado e a outra empregada para majorar a pena-base, na primeira etapa da dosimetria da pena, ou como causa de aumento ou agravante, ficando apenas vedado o bis in idem.*

*2. Havendo circunstâncias judiciais desfavoráveis - motivos do crime e culpabilidade - inviável a fixação da pena-base no mínimo legal.*

*3. Não há ilegalidade na fixação da pena-base em 14 anos e 9 meses, considerando a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis, o que representa menos de 1/6 para cada uma delas.*

*4. A decisão agravada majorou o quantum de redução da pena pela atenuante da confissão espontânea para 1 ano e 3 meses, de forma proporcional ao aumento da pena.*

*5. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no AREsp 1012158/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 29/03/2017)*

Com efeito, a Corte *a quo*, atenta às diretrizes do art. 59 do Código Penal,

utilizou argumentos hábeis e concretos a justificar a imposição da reprimenda básica acima do mínimo legal, considerando a culpabilidade, os motivos e as consequências do delito, fundamentos que se mostram legítimos para a exasperação procedida, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior.

Nesse sentido:

*PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL. ARTS. 90 E 92 DA LEI 8.666/93. FRAUDE AO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO. DESNECESSIDADE. ART. 619 DO CPP. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. ALEGAÇÃO DE QUE A CONDENAÇÃO HAVERIA SE DADO EXCLUSIVAMENTE COM BASE EM ELEMENTOS COLIGADOS NA FASE PRÉ-PROCESSUAL. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.*

[...]

*IV - Cabe às instâncias ordinárias, a partir da apreciação das circunstâncias objetivas e subjetivas de cada crime, estabelecer a reprimenda que melhor se amolda à situação, admitindo-se revisão nesta instância apenas quando for constatada evidente desproporcionalidade entre o delito e a pena imposta, hipótese em que deverá haver reapreciação para a correção de eventual desacerto quanto ao cálculo das frações de aumento e de diminuição e a reavaliação das circunstâncias judiciais listadas no art. 59 do Código Penal.*

*V - In casu, a pena-base do recorrente foi aumentada em razão dos vetores culpabilidade, consequências e circunstâncias do delito. A motivação para a elevação da pena-base se deu: a) quanto à culpabilidade, o fato de ser o recorrente, à época dos fatos, prefeito do Município de Jandira; b) em relação às consequências do delito, o fato de ter a licitação direcionada impossibilitado a obtenção de produtos a menor preço e prejuízo à imagem da administração pública; c) as circunstâncias, por sua vez, foram consideradas desfavoráveis porque os delitos se propagaram durante toda a gestão do réu, por meio de renovações contratuais sem licitação. Nesse cenário, ao contrário do que sustentou a defesa, mostra-se individualizada e idônea a fundamentação apresentada pelas instâncias ordinárias. As circunstâncias tidas por mais gravosas pelas instâncias de origem em nada se confundem com as elementares dos delitos.*

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 1626490/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 30/05/2018)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISPENSA IRREGULAR DE LICITAÇÃO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. REINQUIRIRÇÃO DE DENUNCIADO COLABORADOR. INSTRUÇÃO ENCERRADA. DILIGÊNCIA CONSIDERADA DESNECESSÁRIA. DECLARAÇÕES QUE NÃO ALTERAM AS PROVAS ANTES OBTIDAS. ATIPICIDADE DA CONDUTA. NÃO VERIFICADA. DOLO.*

CONSTATADO. RESPONSABILIZAÇÃO PENAL OBJETIVA. INOCORRÊNCIA. DOSIMETRIA. AUMENTO DA PENA-BASE. FUNDAMENTO CONCRETO. CAUSA DE AUMENTO DO ART. 84, §2ª DA LEI DE LICITAÇÕES. BIS IN IDEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. RECONHECIDA. REDUÇÃO PENDENTE. SUBSTITUIÇÃO RESTABELECIDADA. PRESCRIÇÃO NÃO CONSTATADA. ACÓRDÃO COM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL. AUMENTO DA PENA QUE MODIFICOU O PRAZO PRESCRICIONAL. MARCO TEMPORAL CONSIDERADO. REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

8. A pena-base foi exasperada em dois meses em razão das consequências do crime, notadamente o prejuízo financeiro decorrente da dispensa irregular de licitação, circunstância que não constitui elementar do art. 89 da Lei n. 8.666/93.

9. A tese de que a causa de aumento do art. 84, §2º da Lei n. 8.666/93 importa em bis in idem por ser função inerente ao cargo, não foi abordada pelo Colegiado a quo ao dar provimento ao apelo ministerial, nem mesmo foi submetida a matéria para discussão nos embargos declaratórios opostos, ressentindo-se a tese do indispensável requisito do prequestionamento, a atrair a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

10. A não valoração das circunstâncias do crime em razão da sua participação ter ocorrido na parte final da contratação não configura, de fato, diminuição da pena, mas tão somente a neutralização da referida circunstância judicial, estando pendente de redução a pena pela menor participação do agravante. Considerando que conforme registrou a Corte local o acusado "atuou, efetivamente, na ratificação da dispensa de licitação, ato da Diretoria Colegiada, da qual participava" é justificável a redução em 1/6 da reprimenda.

11. Esta Corte Superior entende que para que o acórdão proferido no julgamento da apelação constitua marco interruptivo do lapso prescricional, é necessário que opere modificação substancial na sentença condenatória, entendendo-se esta como a alteração da tipificação conferida ao fato ou o aumento da pena, de forma a modificar, igualmente, o prazo da prescrição. AgRg no AREsp 604.634/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 17/02/2016.

12. Sob tais considerações, o aumento da pena em sede de apelação alterou o prazo prescricional da pretensão punitiva de 8 anos para 12 anos, nos termos do art. 109, III, do CP, de modo que a data da publicação do acórdão deve ser considerada como marco interruptivo da prescrição. Com a diminuição operada nesta oportunidade, o prazo prescricional voltou a ser de 8 anos, nos termos do art. 109, VI, do CP.

13. Não transcorrido lapso temporal superior a 8 anos entre a publicação da sentença condenatória, em 8/7/2010, e a sessão de julgamento da apelação, em 14/7/2011, nem entre o trânsito em julgado para a acusação, em 3/4/2012 e a presente data, não operando-se a prescrição da pretensão punitiva estatal.

14. Agravo regimental parcialmente provido para redimensionar a pena do agravante para 3 anos, 6 meses e 6 dias de detenção, em

*regime aberto, e substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.*

*(AgRg no AREsp 305.703/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018)*

Dessa forma, não se pode atribuir como ilegal a elevação da pena-base na espécie, especialmente em se considerando que a ponderação das circunstâncias judiciais não é uma operação aritmética, mas sim, como afirmado anteriormente, um exercício de discricionariedade vinculada, devendo o Juízo competente eleger a sanção que melhor servirá para a prevenção e repressão do fato-crime praticado, exatamente como realizado na espécie, em que inclusive, foi estabelecido um aumento proporcional.

Nesse norte:

*HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. APLICAÇÃO DE FRAÇÃO SUPERIOR A 1/3. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ENUNCIADO N. 443 DA SÚMULA DO STJ. NÃO APLICAÇÃO. CORRUPÇÃO DE MENOR. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. MORTE DA MENOR. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*- O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.*

*- A revisão da dosimetria da pena, na via do habeas corpus, somente é possível em situações excepcionais, de manifesta ilegalidade ou abuso de poder reconhecíveis de plano, sem maiores incursões em aspectos circunstanciais ou fáticos e probatórios.*

*- Nos termos do disposto no enunciado n. 443 da Súmula desta Corte, o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.*

*- Na hipótese, o aumento da pena em fração superior ao mínimo, em razão da incidência de duas majorantes, decorreu de peculiaridades concretas do crime - o fato de ter sido utilizada mais de uma arma de fogo e do elevado número de agentes envolvidos na empreitada criminoso. Em tais condições, fica afastada a aplicação do enunciado n. 443 da Súmula desta Corte.*

*- A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos a cada um dos vetores, a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito. Assim, não há impedimento a que "o magistrado fixe a pena-base no máximo legal, ainda que tenha valorado tão somente uma circunstância judicial, desde que haja fundamentação idônea e bastante para tanto" (AgRg no REsp 143071/AM, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 6/5/2015).*



# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

*- Na primeira fase da dosimetria da pena aplicada ao delito de corrupção de menor, a pena-base foi exasperada em razão das consequências nefastas da ação criminosa, a qual pôs fim à vida da menor que fora corrompida pelo réu, tendo em vista a troca de tiros ocorrida com a polícia. Não se verifica, assim, o alegado constrangimento ilegal, porquanto as instâncias ordinárias apresentaram fundamentação concreta e suficiente para o aumento da pena-base, realizando o julgador, assim, a necessária individualização da pena, após consideradas as extremas consequências do delito.*

*- Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 379.925/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017)*

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conhece-se do agravo para não conhecer o recurso especial**, nos termos do artigo 34, inciso VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 30 de janeiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator